Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JERSON DOMINGOS

DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 489/2016

PROCESSO TC/MS	: TC/4915/2015
PROTOCOLO	: 1582500
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA RICA
ORDENADOR DE DESPESAS	: WALDELI DOS SANTOS ROSA
TIPO DE PROCESSO	: PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015
VALOR	: R$ 71.467,79
RELATOR (A)	: CONS. JERSON DOMINGOS

Em exame o procedimento licitatório (Pregão Presencial nº 05/2015), realizado pelo Município de Costa Rica, em que se registraram os preços ofertados pelas empresas **Mercado Veratti Ltda** e **Maria de Fátima Ferreira da Silva Eireli – ME**, visando à aquisição, de forma parcelada, de material de consumo e limpeza para atendimento da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

A equipe técnica ao analisar a documentação encaminhada concluiu que o procedimento licitatório encontra-se em consonância com as normas de Licitações e Contratações Públicas, atendendo ao estatuído na Instrução Normativa e Regimento Interno desta Corte de Contas (Análise nº 12603/2015 - folhas 325/328).

O Representante do Ministério Público de Contas emitiu parecer opinando pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório acima especificado (Parecer nº 19097/2015 - folha 329/330).

É o que cabe relatar.

Trata-se da análise do procedimento licitatório (Pregão Presencial nº 05/2015), realizado pelo Município de Costa Rica/MS, visando à aquisição, de forma parcelada, de material de consumo e limpeza para atendimento da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

O objeto do certame em epígrafe foi homologado às seguintes empresas: **Mercado Veratti Ltda,** no valor de R$ 39.370,08 e **Maria de Fátima Ferreira da Silva Eireli – ME,** no valor de R$ 32.097,71.

O Procedimento licitatório pregão presencial foi devidamente formalizado, de acordo com as determinações contidas nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações, respeitando a Instrução Normativa TC/MS nº 35/2011.

Mediante o exposto, acolho a análise da 3ª ICE e o parecer emitido pelo Representante do Ministério Público de Contas e, nos termos do art. 59, inciso I da Lei Complementar nº 160/12 c/c os artigos 120, inciso I, ambos do Regimento Interno desta Corte de Contas, aprovado pela RN/TCE/MS nº 76/2013, **DECIDO:**

I - Pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório na licitatório Pregão Presencial nº 05/2015, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Costa Rica/MS e as empresas Mercado Veratti Ltda e Maria de Fátima Ferreira da Silva Eireli – ME, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, I, "a" e 122, I e II da Resolução Normativa nº 76/2013.

II - Após a publicação **REMETAM-SE** os autos à 3ªICE para subsidiar a análise das respectivas contratações, e demais providências.

III - pela **COMUNICAÇÃO** do resultado desta Decisão aos interessados, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c art. 70, § 2º da Resolução Normativa nº 76/2013.

Campo Grande/MS, 16 de fevereiro de 2016.

Jerson Domingos
Conselheiro Relator

GDH